

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 – 1100

Porto Alegre, 29 de novembro de 2016.

Edição nº 2038

Nesta Edição:

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Portarias.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos normativos.....2

Boletins de Pessoal.....2

Súmulas de contratos.....3

Editais.....8

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....8

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Avisos.....12



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS JURÍDICOS**

PORTARIA Nº 260/2016 - PF

ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

O **PROCURADOR DE FUNDAÇÕES**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 66 e 67 do Código Civil; o artigo 19, inciso II, alínea "a", da Lei Estadual n.º 7.669/82 - Lei Orgânica do Ministério Público - c/c os artigos 2º, §1º, 26 e 28 do Provimento n.º 72/2008-PGJ, desta Procuradoria-Geral de Justiça, **APROVA** a alteração estatutária procedida no Estatuto da **FUNDAÇÃO ÁTILA TABORDA**, com sede em Bagé, RS, em conformidade com o que consta no PR.00031.00487/2016-6.

Registre-se e publique-se.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de novembro de 2016.

KELLER DORNELLES CLÓS,
Procurador de Fundações.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

PORTARIA N.º 3707/2016

A **SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI**, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** publicar este extrato, para, nos seguintes termos:

1. Determinar, com fulcro nos artigos 198 e 200, inciso I e seguintes da Lei Complementar Estadual n.º 10.098/94, a instauração de Sindicância para apurar infração disciplinar cometida a servidor de provimento efetivo do Quadro de Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, cuja qualificação e fatos constam do expediente **SPU.PR.01055.00103/2016-8**, que, em tese, infringiu os **incisos III, VI e XIII do artigo 177**, bem como o **inciso XXIV do artigo 178 (c/c o inciso VII do artigo 191)**, todos da Lei Complementar Estadual n.º 10.098/94, ficando sujeito às penas do artigo 187 do mesmo diploma legal.

2. Designar as servidoras **Maria Luiza Gazzi Costa**, ID 3448045, Assistente de Promotoria de Justiça, como Sindicante, e **Karen Desirée Marques Ifran**, ID 3448991, Agente Administrativo, como Secretária.

DÊ-SE CIÊNCIA.

CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 28 de novembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

PORTARIA N.º 3752/2016

A **SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI**, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** publicar este extrato, para, nos seguintes termos:

1. Determinar, com fulcro no artigo 198 e inciso I do artigo 200, todos da Lei Complementar Estadual n.º 10.098/94, a instauração de Sindicância para apurar infração disciplinar cometida a servidor de provimento efetivo do Quadro de

Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, cuja qualificação e fatos constam do expediente **SPU.PR.01055.00101/2016-2**, que, em tese, infringiu os **incisos III e XXIII (este c/c o inciso VII do artigo 191) do artigo 178**, todos da Lei Complementar Estadual n.º 10.098/94, ficando sujeita às penas do artigo 187, da mesma legislação.

2. Designar as servidoras **Maria Luiza Gazzi Costa**, ID 3448045, como Sindicante, **Karen Desirée Marques Ifran**, ID 3448991, Agente Administrativo, como Secretária.

DÊ-SE CIÊNCIA.

CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 28 de novembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

BOLETIM N.º 387/2016

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:
CONVERTER

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 01 (hum) mês de licença-prêmio, não fruída, da servidora **RENATA SELISTRE DA SILVA**, Coordenador de Unidade, ID n.º 3437213, registrada no Boletim n.º 083, publicado no DEMP de 14/03/2012, referente ao quinquênio de efetividade de 17/02/2007 a 15/02/2012, em conformidade com a lei n.º 10.098/94 (Requerido em 22/11/2016 - PR.00573.00529/2016-9 - Port. 3717/2016).

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 03 (três) meses de licença-prêmio, não fruída, da servidora **RAQUEL BELLOTTI**, Assistente De Promotoria De Justiça, ID n.º 3382486, registrada no Boletim n.º 309, publicado no DEMP de 13/07/2012, referente ao quinquênio de efetividade de 03/07/2007 a 30/06/2012, em conformidade com a lei n.º 10.098/94 (Requerido em 22/11/2016 - PR.00573.00526/2016-5 - Port. 3721/2016).

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 01 (hum) mês de licença-prêmio, não fruída, da servidora **RAQUEL BELLOTTI**, Assistente De Promotoria De Justiça, ID n.º 3382486, registrada no Boletim n.º 310, publicado no DO de 08/08/2007, referente ao quinquênio de efetividade de 04/07/2002 a 02/07/2007, em conformidade com a lei n.º 10.098/94 (Requerido em 22/11/2016 - PR.00573.00526/2016-5 - Port. 3722/2016).

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 03 (três) meses de licença-prêmio, não fruída, da servidora **CLAUDIA BARBOSA DA CRUZ**, Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n.º 3438422, registrada no Boletim n.º 425, publicado no DEMP de 17/09/2012, referente ao quinquênio de efetividade de 11/08/2007 a 08/08/2012, em conformidade com a lei n.º 10.098/94 (Requerido em 22/11/2016 - PR.00826.00164/2016-0 -Port. 3723/2016).

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 01 (hum) mês de licença-prêmio, não fruída, da servidora **CLAUDIA BARBOSA DA CRUZ**, Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n.º 3438422, registrada no Boletim n.º 362, publicado no DO de 13/09/2007, referente ao quinquênio de efetividade de 12/08/2002 a 10/08/2007, em conformidade com a lei n.º 10.098/94 (Requerido em 22/11/2016 - PR.00826.00164/2016-0 - Port. 3724/2016).

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 03 (três) meses de licença-prêmio, não fruída, do



servidor VÍTOR HUGO LEMOS, Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n.º 3443833, registrada no Boletim n.º 310, publicado no DO de 08/08/2007, referente ao quinquênio de efetividade de 22/07/2002 a 20/07/2007, em conformidade com a lei n.º 10.098/94 (Requerido em 23/11/2016 – PR.00849.00428/2016-2 - Port. 3730/2016).

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 01 (hum) mês de licença-prêmio, não fruída, do servidor VÍTOR HUGO LEMOS, Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n.º 3443833, registrada no Boletim n.º 362, publicado no DEMP de 14/08/2012, referente ao quinquênio de efetividade de 21/07/2007 a 18/07/2012, em conformidade com a lei n.º 10.098/94 (Requerido em 23/11/2016 – PR.00849.00428/2016-2 - Port. 3731/2016).

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 03 (três) meses de licença-prêmio, não fruída, da servidora ANA LAURA TAVARES MAZINA, Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n.º 3438406, registrada no Boletim n.º 362, publicado no DO de 13/09/2007, referente ao quinquênio de efetividade de 12/08/2002 a 10/08/2007, em conformidade com a lei n.º 10.098/94 (Requerido em 23/11/2016 – PR.00826.00169/2016-9 - Port. 3733/2016).

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 03 (três) meses de licença-prêmio, não fruída, da servidora ANA LAURA TAVARES MAZINA, Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n.º 3438406, registrada no Boletim n.º 425, publicado no DEMP de 17/09/2012, referente ao quinquênio de efetividade de 11/08/2007 a 08/08/2012, em conformidade com a lei n.º 10.098/94 (Requerido em 23/11/2016 – PR.00826.00169/2016-9 - Port. 3734/2016).

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 03 (três) meses de licença-prêmio, não fruída, do servidor ALDO VASCONCELOS RODRIGUES, Secretário de Diligências, ID n.º 3428931, registrada no Boletim n.º 303, publicado no DO de 10/12/1997, referente ao quinquênio de efetividade de 06/11/2007 a 03/11/2012, em conformidade com a lei n.º 10.098/94 (Requerido em 23/11/2016 – PR.01365.00940/2016-8 - Port. 3735/2016).

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 03 (três) meses de licença-prêmio, não fruída, da servidora GLÁUCIA VAZ FERNANDES, Secretária de Diligências, ID n.º 3439291, registrada no Boletim n.º 461, publicado no DEMP de 15/10/2012, referente ao quinquênio de efetividade de 09/09/2007 a 06/09/2012, em conformidade com a lei n.º 10.098/94 (Requerido em 23/11/2016 – PR.00720.00054/2016-0Port. 3736/2016).

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 02 (dois) meses de licença-prêmio, não fruída, do servidor LEANDRO HANUSCH, Artífice - Marcenaria e Carpintaria, ID n.º 3439968, registrada no Boletim n.º 207, publicado no DEMP de 15/05/2015, referente ao quinquênio de efetividade de 07/04/2010 a 05/04/2015, em conformidade com a lei n.º 10.098/94 (Requerido em 23/11/2016 – PR.00582.00636/2016-1 - Port. 3738/2016).

TORNAR SEM EFEITO

- a Portaria n.º 3527/2016, que nomeou EDIANE ALINE VATER, para exercer o cargo de Agente Administrativo, classe "M", observando-se a opção por última chamada, nos termos do parágrafo único, do Art. 16, da Lei Complementar 10.098/94 (Port. 3725/2016).

NOMEAR

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, EDIANE ALINE VATER, para exercer o cargo de Agente Administrativo, classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o PRIMEIRO (1º) lugar na Lista de Classificação Especial, da Região do Médio Uruguai, para candidatos com deficiência (Port. 3726/2016).

DESIGNAR

- a contar de 28 de novembro de 2016, os servidores ALEX FABIANI MARTINS DE SOUZA, Assessor - Bacharel em Administração, ID n.º 3432416, RUTE DOS SANTOS OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, ID n.º 3428400 e ROBERTO NEUMAR DE OLIVEIRA RAHMANN, Auxiliar de Serviços Gerais, ID n.º 3430235, para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão para Inventário de Bens da Unidade de Almoxarifado (Port. 3760/2016).

- a contar de 28 de novembro de 2016, os servidores CHRISTIAN BROD DA ROCHA, Assessor Especial I, ID n.º 3435040 e ELIANDRO KUNRATH, Agente Administrativo, ID n.º 3441547, para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão para Inventário de Bens da Unidade de Patrimônio (Port. 3761/2016).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de novembro de 2016.

ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SÚMULA DO 1º ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS UAJ Nº 155/2015 PROCESSO Nº 2435-09.00/15-6 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2015

CONTRATADA: TOCATTO TECNOLOGIA EM SISTEMAS LTDA.; **OBJETO:** prorrogação da vigência contratual, por 12 (doze) meses e 25 (vinte e cinco) dias, a contar de 07 de dezembro de 2016; renúncia, por parte da contratada, ao reajuste de preços a que teria direito, nos termos do item 4.7 da cláusula quarta da avença, no que concerne ao período; **VALOR MENSAL:** R\$159.390,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3924; **FUNDAMENTO LEGAL:** Artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como cláusula décima do ajuste. **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 28 de novembro de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS UAJ Nº 141/2016 PROCESSO Nº 1736-09.00/16-4 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 85/2016

CONTRATADA: L.C FERREIRA - ME; **OBJETO:** confecção de carimbos autoentintados na cor preta e/ou vermelha, bem como refis (almofadas) e fotopolímeros, conforme demanda; **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3964; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Federais n.ºs 8.666/93 e 10.520/02, Leis Estaduais n.ºs 13.191/09 e 11.389/99 e Provimentos PGJ/RS n.ºs 33/08, 47/05 e 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de novembro de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE COMPRAS REALIZADAS ATRAVÉS PROCESSO Nº 1509-0900/16-0 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/16

Aquisição de mangueiras de incêndio referente a Ata de Registro de Preços n.º 100/16, decorrente do Pregão



Diário eletrônico
Ministério Público
 Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de novembro de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2038

Eletrônico Nº 84/16, firmada com a empresa COMBATE EQUIPAMENTOS EIRELI-EPP conforme especificações abaixo:

Item	Descrição	Qtde.	Valor unitário
1	MANGUEIRA DE INCÊNDIO DE 1 ½ POLEGADAS, COM LANCE DE 15 METROS, TIPO 2. AS MANGUEIRAS DEVEM SER IDENTIFICADAS NAS DUAS PONTAS COM OS SEGUINTE DADOS: NOME OU MARCA DO FABRICANTE; NÚMERO DA NORMA; TIPO DE MANGUEIRA; MÊS E ANO DE FABRICAÇÃO. DEVERÃO TAMBÉM TER MARCA DE IDENTIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE COM ABNT.	20	202,95

Valor Total da aquisição: R\$ 4.059,00; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei Federal n.º 8.666/93 e Provimentos PGJ/RS 40/2004 e 47/2006.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 28 de Novembro de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

SÚMULA DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA
UAJ Nº 152/2016
PROCESSO Nº 1497-09.00/16-3
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2016

CONTRATADA: MARCOS AURÉLIO COLLAÇO - EPP; **OBJETO:** aquisição de material de expediente, abaixo discriminados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	QTDE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO
11.1	Caneta para quadro branco azul	Master Print	120	Un.	R\$ 1,45
11.2	Caneta para quadro branco verde	Master Print	150	Un.	R\$ 1,45
11.3	Caneta para quadro branco vermelha	Master Print	150	Un.	R\$ 1,45
13	Cd gravável	Max Print	3000	Un.	R\$ 0,99
16	Cola em bastão	Pritt	2000	Un.	R\$ 4,49
18.1	Colchete Latonado nº 07	XR	100	Cx.	R\$ 2,36
18.2	Colchete Latonado nº 10	XR	600	Cx.	R\$ 2,90
18.3	Colchete Latonado nº 12	XR	300	Cx.	R\$ 4,00
18.4	Colchete Latonado nº 14	XR	120	Cx.	R\$ 6,20
19.1	Estilete estreito	Master Print	80	Un.	R\$ 0,68
19.2	Estilete largo	Master Print	40	Un.	R\$ 1,17
19.3	Lâmina para estilete larga	Master Print	10	Cx.	R\$ 2,68

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3009; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais nºs 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS nºs 33/08 e 47/05, Lei Complementar nº 123/06 e, subsidiariamente, pelas Leis Federais nºs 8.666/93 e 10.520/02 e Provimento PGJ/RS nº 54/02;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de novembro de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

SÚMULA DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA
UAJ Nº 153/2016
PROCESSO Nº 1497-09.00/16-3
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2016

CONTRATADA: PERATTO REVENDA DE SUPRIMENTOS E INFORMÁTICA LTDA; **OBJETO:** aquisição de material de expediente, abaixo discriminados:



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de novembro de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2038

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	QTDE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO
8	Caixa de papelão arquivo permanente (morto)	GP Sul	6000	Un.	R\$ 1,11
9.1	Caneta esferográfica azul	Bic	15000	Un.	R\$ 0,47
9.2	Caneta esferográfica preta	Bic	5000	Un.	R\$ 0,47
9.3	Caneta esferográfica vermelha	Bic	3000	Un.	R\$ 0,47
12	Carrinho para transporte de processos	JR Carrinhos/ Jumbão	50	Un.	R\$ 105,00
21.1	Fita adesiva para empacotamento crepe	Masterfix	400	RI.	R\$ 6,02
21.2	Fita adesiva para empacotamento marrom	Alltape	600	RI.	R\$ 1,76
21.3	Fita adesiva para empacotamento transparente	Alltape	1000	RI.	R\$ 1,76
21.4	Fita adesiva pequena transparente (durex)	3M	500	RI.	R\$ 0,90

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3009; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais nºs 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS nºs 33/08 e 47/05, Lei Complementar nº 123/06 e, subsidiariamente, pelas Leis Federais nºs 8.666/93 e 10.520/02 e Provimento PGJ/RS nº 54/02;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de novembro de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA
UAJ Nº 154/2016
PROCESSO Nº 1497-09.00/16-3
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2016

CONTRATADA: RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME; **OBJETO:** aquisição de material de expediente, abaixo discriminados:

Item	Descrição	Marca/ Modelo	Qtde.	Unidade	Preço unitário
1.1	Alfinete amarelo para mural	Jocar	100	Cx.	R\$ 2,13
1.2	Alfinete azul para mural	Jocar	100	Cx.	R\$ 2,13
1.3	Alfinete branco para mural	Jocar	20	Cx.	R\$ 2,13
1.4	Alfinete preto para mural	Jocar	40	Cx.	R\$ 2,13
1.5	Alfinete verde para mural	Jocar	20	Cx.	R\$ 2,13
2	Almofada para carimbo preta	Japan	50	Un.	R\$ 2,03
3	Apagador para quadro branco	Radex	20	Un.	R\$ 2,29
4	Apontador para lápis com lâmina	Make	500	Un.	R\$ 0,50
5	Atilho de borracha	Premier	100	Pct.	R\$ 1,40
10.1	Caneta marca texto amarela	Jocar	4000	Un.	R\$ 0,76
10.2	Caneta marca texto laranja	Jocar	2500	Un.	R\$ 0,74
10.3	Caneta marca texto verde	Jocar	2500	Un.	R\$ 0,72

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3009; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais nºs 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de novembro de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2038

PGJ/RS nºs 33/08 e 47/05, Lei Complementar nº 123/06 e, subsidiariamente, pelas Leis Federais nºs 8.666/93 e 10.520/02 e Provimento PGJ/RS nº 54/02;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de novembro de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA

UAJ Nº 155/2016

PROCESSO Nº 1497-09.00/16-3

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2016

CONTRATADA: DARÓS SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA E ESCRITÓRIO LTDA EPP; **OBJETO:** aquisição de material de expediente, abaixo discriminados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	QTDE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO
15.1	Clips de metal nº 02	Iara	5000	Cx.	R\$ 1,30
15.2	Clips de metal nº 06	Iara	500	Cx.	R\$ 1,20

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3009; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais nºs 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS nºs 33/08 e 47/05, Lei Complementar nº 123/06 e, subsidiariamente, pelas Leis Federais nºs 8.666/93 e 10.520/02 e Provimento PGJ/RS nº 54/02;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de novembro de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA

UAJ Nº 156/2016

PROCESSO Nº 1497-09.00/16-3

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2016

CONTRATADA: PRISCILA RAUBER HENGEMUHLE - EPP; **OBJETO:** aquisição de material de expediente, abaixo discriminados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	QTDE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO
7.1	Borracha bicolor	Redbor	200	Un.	R\$ 0,22
7.2	Borracha para Lápis Branca	Redbor	1000	Un.	R\$ 0,12

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3009; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais nºs 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS nºs 33/08 e 47/05, Lei Complementar nº 123/06 e, subsidiariamente, pelas Leis Federais nºs 8.666/93 e 10.520/02 e Provimento PGJ/RS nº 54/02;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de novembro de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA

UAJ Nº 157/2016

PROCESSO Nº 1497-09.00/16-3

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2016

CONTRATADA: ROCHAZARDO COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA.; **OBJETO:** aquisição de material de expediente, abaixo discriminados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	QTDE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO
22	Fita Rafia	Astonia	200	RI.	R\$ 14,50

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3009; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais nºs 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de novembro de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2038

PGJ/RS nºs 33/08 e 47/05, Lei Complementar nº 123/06 e, subsidiariamente, pelas Leis Federais nºs 8.666/93 e 10.520/02 e Provimento PGJ/RS nº 54/02;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de novembro de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA
UAJ Nº 158/2016
PROCESSO Nº 1497-09.00/16-3
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2016

CONTRATADA: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP; **OBJETO:** aquisição de material de expediente, abaixo discriminados:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA/ MODELO	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO
6	Barbante de algodão 400g	100	Corbatex	RI.	R\$ 4,98
14	Cinta elástica para processos	12000	Zanotti	Un.	R\$ 0,70
17	Cola tipo super bonder	100	Teck Bond	Un.	R\$ 4,95
20.1	Etiqueta auto-adesiva A4 (67,7x99,10) para jato/laser (1un=1folha=8etiqueta)	30	Informis	Cx.	R\$ 18,11
20.2	Etiqueta auto-adesiva A4 (99,10x38,10) para jato/laser (1un=1folha=14 etiqueta)	100	Informis	Cx.	R\$ 18,11
20.3	Etiqueta auto-adesiva carta (12,7x44,45) para jato/laser (fl)	5	Informis	Cx.	R\$ 18,14

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3009; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais nºs 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS nºs 33/08 e 47/05, Lei Complementar nº 123/06 e, subsidiariamente, pelas Leis Federais nºs 8.666/93 e 10.520/02 e Provimento PGJ/RS nº 54/02;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de novembro de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA
UAJ Nº 166/2016
PROCESSO Nº 1830-09.00/16-6
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 95/2016

CONTRATADA: MOISÉS HAMERSKI - EPP; **OBJETO:** aquisição de câmera filmadora digital, conforme especificações abaixo:

Item	Descrição	Qtde	Marca/ Modelo	Valor Unitário
1	Câmera filmadora digital, conforme Anexo I	1	Sony HDR-CX405	R\$2.380,00

VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 2746, Natureza da Despesa 4.4.90.52 Rubrica 5222; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais nºs 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS nºs 33/08 e 47/05, Lei Complementar nº 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais nºs 8.666/93 e 10.520/02 e Provimento PGJ/RS nº 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de novembro de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA
UAJ Nº 169/2016
PROCESSO Nº 0937-09.00/16-6
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2016

CONTRATADA: TECMATH EIRELI ME; **OBJETO:** aquisição de câmeras fotográficas digitais, conforme especificações abaixo:



Diário eletrônico
Ministério Público
 Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de novembro de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2038

Item	Descrição	Qtde	Marca/ Modelo	Valor Unitário
1	Câmera fotográfica digital	20	Canon	R\$ 1.000,00

VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 20.000,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 2746, Natureza da Despesa 4.4.90.52 Rubrica 5222; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais nºs 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS nºs 33/08 e 47/05, Lei Complementar nº 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais nºs 8.666/93 e 10.520/02 e Provimento PGJ/RS nº 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de novembro de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

SÚMULA DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA
UAJ Nº 150/2016
PROCESSO Nº 1966-09.00/16-6

CONTRATADA: POSITIVO INFORMÁTICA S.A., **OBJETO:** fornecimento de 28 monitores de 23 polegadas, abaixo discriminados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	QTDE.	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO
2	Monitor de 23 polegadas	Positivo 23MB35PH	28	Un.	R\$ 777,50

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 21.770,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 2746, Natureza da Despesa 4.4.90.52, Rubrica 5228; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Federais nºs 8.666/93 e 10.520/02;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de novembro de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

EDITAL N.º 207/2016
REMOÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (http://intra.mp.rs.gov.br/site/editais_remocao/), a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 29 de novembro de 2016.

ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 208/2016
 Resultado do Edital nº 202/2016
REMOÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO
 (DEMP 18/11/2016)

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI, faz público que, tendo em vista o que consta no PR.00576.00834/2016-0, encontra-se disponível, na página da

Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (http://intra.mp.rs.gov.br/site/editais_remocao/), o resultado da remoção referente ao Edital nº 202/2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 29 de novembro de 2016.

ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 211/2016

O COORDENADOR DO CAO CÍVEL E DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00723.00041/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Bento Gonçalves por Alécio Silveira Nogueira - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Bento Gonçalves com a finalidade de averiguar a realização de serviços ao Município de Bento Gonçalves, pela Fundação Araucária, sem o devido empenho, no valor de R\$ 6.898.573,00.

Partes: Fundação Araucária e Município de Bento Gonçalves. Investigados: Fundação Araucária e Município De Bento Gonçalves. Local do Fato: Bento Gonçalves.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de novembro de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2038

IC 00723.00042/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Bento Gonçalves por Alécio Silveira Nogueira - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Bento Gonçalves com a finalidade de averiguar denúncia de que dentista que atende no Posto de Saúde do Bairro Barracão, em Bento Gonçalves, não cumpre o horário de trabalho estipulado.

Investigado: A Definir. Local do Fato: Bento Gonçalves.

IC 00723.00038/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Bento Gonçalves por Alécio Silveira Nogueira - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Bento Gonçalves com a finalidade de apurar eventual falta de entrega de materiais e não prestação de serviços referentes à Nota Fiscal nº 1243 e DANFE nº 001.812.053, ao Município de Bento Gonçalves, pela empresa investigada SINASERV.

Investigado: Sinaserv Ind. Com. E Prest. Serv. Ltda. Local do Fato: Bento Gonçalves.

IC 00723.00035/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Bento Gonçalves por Alécio Silveira Nogueira - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Bento Gonçalves com a finalidade de AVERIGUAR IRREGULARIDADES NA APLICAÇÃO DE VALORES REPASSADOS AO MUNICIPIO DE BENTO GONÇALVES, PELA UNIÃO FEDERAL, PARA A EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS N.º 707590/2009 E 706592/2009.

PARTES: HEBER MOACIR DOS SANTOS E IVANE REMUS FÁVERO.

Investigados: Heber Moacir Dos Santos e Ivane Maria Remus Favero. Local do Fato: Bento Gonçalves.

IC 00723.00040/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Bento Gonçalves por Alécio Silveira Nogueira - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Bento Gonçalves com a finalidade de averiguar eventual improbidade/fraude na concessão de aposentadoria por invalidez ao apenado Sérgio Telles.

Investigados: Sérgio Telles e Município de Bento Gonçalves. Local do Fato: Bento Gonçalves.

IC 00723.00039/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Bento Gonçalves por Alécio Silveira Nogueira - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Bento Gonçalves com a finalidade de averiguar a rescisão do Contrato Administrativo nº 317/2012 entre a empresa Correia e Cenci e o Município de Bento Gonçalves.

Investigados: Correia E Cenci Colocação E Comércio De Basalto Ltda. e Município De Bento Gonçalves. Local do Fato: Bento Gonçalves.

IC 00723.00043/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Bento Gonçalves por Alécio Silveira Nogueira - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Bento Gonçalves com a finalidade de apurar eventual irregularidade no concurso para provimento de vaga de motorista da Câmara de Vereadores de Bento Gonçalves, no ano de 2009.

Investigado: Camara De Vereadores De Bento Gonçalves. Local do Fato: Bento Gonçalves.

IC 00723.00017/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Bento Gonçalves por Alécio Silveira Nogueira - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Bento Gonçalves com a finalidade de averiguar a regularidade do fornecimento de material de aterro (rocha basáltica) ao Município de Bento Gonçalves, sem a comprovação da efetiva entrega do material.

Investigados: Prefeitura Municipal De Bento Gonçalves e Roque A. Zatt Terraplenagem Epp. Local do Fato: Bento Gonçalves.

IC 00723.00004/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Bento Gonçalves por Alécio Silveira Nogueira - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Bento Gonçalves com a finalidade de averiguar denúncia de realização de serviços pela Associação Dr. Bartholomeu Tacchini sem prévio empenho, licitação, nem recursos financeiros.

Investigado: Associação Dr. Bartholomeu Tacchini. Local do Fato: Bento Gonçalves.

Inquérito Civil 01623.000.253/2016 instaurado na PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE em 25/11/2016 por André Baptista Caruso Mac-Donald com a finalidade de apurar suposta fraude ao sistema de cotas no concurso para Auditor Fiscal da Receita Estadual RS aberto pelo Edital nº 02/2014, consistente em candidatos caucasianos autodeclararem-se negros ou pardos para concorrerem com vantagem em relação aos demais.

Investigado(s): Estado do Rio Grande do Sul, Candidatos cotistas do concurso para Auditor Fiscal da Receita Estadual (Edital 02/2014). Local do Fato: Porto Alegre. CAO comunicado: CAO CÍVEL E DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

Inquérito Civil 01623.000.231/2016 instaurado na PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE em 25/11/2016 por André Baptista Caruso Mac-Donald com a finalidade de investigar suposta falta de transparência nos processos de seleção de professores temporários promovidos pela Secretaria Estadual da Educação do RS.

Investigado(s): Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul. Local do Fato: Porto Alegre. CAO comunicado: CAO CÍVEL E DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

PI 00865.00080/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Santa Maria por Jocelaine Dutra Pains - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Santa Maria com a finalidade de Objeto: Investigar contratação e permanência de psicóloga na equipe técnica do Lar de Mirian, com sede nesta Cidade, remunerada com recursos oriundos de convênio firmado com o Município de Santa maria, sem que esta profissional, no entanto, desenvolvesse suas atividades naquela instituição.

Local do fato: Santa Maria

Investigados: agentes públicos do Município de Santa Maria a serem identificados Investigado: Agentes Publicos Do Municipio De Santa Maria A Serem Identificados. Local do Fato: Santa Maria.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 28 de Novembro de 2016.

JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR,

Coordenador do Cao Cível e de Defesa do Patrimônio Público. De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.



O COORDENADOR DO CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

PI 00770.00040/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Estrela por Andrea Almeida Barros - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Estrela com a finalidade de

OBJETO: Investigar as seguintes denúncias: a) existência de loteamentos irregulares em nome de Gilmar Harth; b) aterro de manancial em área posteriormente doada ao Município e que atualmente abriga um Posto de Combustível de propriedade de Astor Eli; c) cortes de mata nativa pelo representado em suas terras nos bairros Goiabeira, São João, San Diego, Alto da Bronze e nas terras de Roberto Ingrácio, que adquiriu depois; e, por fim, d) licenciamento irregular de empresas que possuem como endereço ou telefone o da residência do representado.

INVESTIGADO: Gilmar Harth (CPF nº 35134518068, RG nº 4017992399 SSP/DI, DN: 08/09/1962, Rua Reinaldo Kollet, 50/casa, Bom Retiro do Sul) e Município de Bom Retiro do Sul (Rua Senador Pinheiro Machado, 35, Centro, Bom Retiro do Sul/RS).

Apensado a este expediente o PR.00001.00854/2016-3.

Tipo Manifestante: Cidadão

Local do Fato: Estrela.

PI 00814.00141/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Novo Hamburgo por Sandro De Souza Ferreira - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Novo Hamburgo com a finalidade de apurar possíveis riscos à integridade física de moradores em decorrência da danificação estrutural de um muro na Rua Balduino Michel, imediações do nº 116, Bairro Rondônia, nesta cidade.

Investigado: A apurar.

Local: Rua Balduino Michel, imediações do nº 116, Bairro Rondônia, Novo Hamburgo.

IC 00852.00102/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Rio Grande por José Alexandre Da Silva Zachia Alan - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Rio Grande com a finalidade de Apurar possível irregularidade no Loteamento batizado de Vila Isabel, Município do Rio Grande/RS, por se tratar de parcelamento localizado em área de interesse ambiental Investigado: Município Do Rio Grande. Local do Fato: Rio Grande.

IC 00910.00019/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Tapes por Manuela Paradedda Montanari - Designação Excepcional - Manuela Paradedda Montanari com a finalidade de Apurar a responsabilidade acerca do terreno em situação abandono, localizado na Rua Novo Hamburgo, ao lado de nº 497, Bairro Pinvest, em Tapes. Investigado: Município De Tapes. Local do Fato: Tapes.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 28 de Novembro de 2016.

DÉBORA REGINA MENEGAT,

Coordenadora do Cao da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DE DEFESA DO CONSUMIDOR científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00743.00015/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Carazinho por Paulo Da Silva Cirne - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Carazinho com a finalidade de Apurar eventual prática abusiva ao consumidor pelo comércio de mercadorias em condições impróprias ao consumo humano e nocivas à saúde pública.

Investigados: Giacomelli e Fioreze Ltda. ME - Mercado Cantares e Bernadete Giacomelli.

Representante: Inspetoria de Defesa Agropecuária de Carazinho.

Local: Carazinho/RS Investigados: Bernadete Giacomelli e Giacomelli E Fioreze Ltda. Me - Mercado Cantares. Local do Fato: Carazinho.

IC 00743.00014/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Carazinho por Paulo Da Silva Cirne - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Carazinho com a finalidade de Apurar eventual prática abusiva ao consumidor pelo comércio de mercadorias em condições impróprias ao consumo humano e nocivas à saúde pública.

Investigados: Mercado Tabaldi e Susineia Aparecida Tabaldi.

Representante: Inspetoria de Defesa Agropecuária de Carazinho.

Local: Carazinho/RS Investigados: Mercado Tabaldi e Susineia Aparecida Tabaldi. Local do Fato: Carazinho.

IC 00949.00071/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Capão Da Canoa por Luziárin Carolina Tramontina - 3º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Capão Da Canoa com a finalidade de Apurar a regularidade registral do empreendimento Figueiras da Lagoa Residence, a partir da obtenção do registro de incorporação imobiliária visando a comercialização de lotes e implementação do condomínio horizontal, bem como a regularidade ambiental do empreendimento a partir da apresentação do projeto para revitalização da área de preservação ambiental, medida compensatória ambiental Investigado: Criativa Empreendimentos Imobiliários Ltda. Local do Fato: Capão Da Canoa.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 28 de Novembro de 2016.

CAROLINE VAZ,

Coordenadora do Cao de Defesa do Consumidor.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00711.00038/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Alegrete por Júlia Flores Schutt - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Alegrete com a finalidade de Apurar degradação ambiental decorrente da abertura de valos sem licença do órgão ambiental competente Investigado: Marion Fontoura De Figueiredo. Local do Fato: Alegrete.



IC 00722.00082/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Bento Gonçalves por Elcio Resmini Meneses - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Bento Gonçalves com a finalidade de: averiguar dano ambiental em face de exercer atividade em desconformidade com a Licença de Operação.

Investigado: Gilberto De Bona - ME.
Local do Fato: Bento Gonçalves/RS.

IC 00739.00025/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Canoas por Felipe Teixeira Neto - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Canoas com a finalidade de OBJETO: Apurar possível dano ambiental à fauna em razão da omissão do Município de Nova Santa Rita na efetivação de uma política pública clara e eficiente no que tange à castração de animais domésticos.

INVESTIGADO: Município de Nova Santa Rita.

IC 00743.00013/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Carazinho por Paulo Da Silva Cirne - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Carazinho com a finalidade de Apurar dano ambiental decorrente de intervenção do Município de Coqueiros do Sul no imóvel rural pertencente a Miguel Cadena da Silva, situado na Colônia Rabelo, interior do Município de Coqueiros do Sul - RS, para fins de extração de saibro.

Investigado: Município de Coqueiros do Sul.

Local: Colônia Rabelo, interior de Coqueiros do Sul/RS
Investigado: Prefeitura Coqueiros Do Sul. Local do Fato: Carazinho.

IC 00748.00234/2016, instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Caxias Do Sul por Adriana Karina Diesel Chesani - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Caxias Do Sul, com a finalidade de investigar possível irregularidade na atuação de empresas que prestam serviço de recolhimento de resíduos da construção civil (caliça), pela inexistência de aterros licenciados, acarretando o descarte indevido. Investigado: Município de Caxias do Sul - RS. Local do Fato: Caxias Do Sul.

IC 00770.00024/2016 aditado na Promotoria De Justiça Especializada De Estrela por Andrea Almeida Barros - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Estrela com a finalidade de OBJETO: Apurar o funcionamento de empresa que acondiciona e reaproveita metais, sucatas e outros resíduos sólidos, sem licença ambiental.

INVESTIGADO: Hertz do Brasil Participações Ltda, CNPJ: 22.418.231/0001-52, (Rod Rs 128, 600, Km 15, Prédio 02, Via Lactea, Fazenda Vilanova, RS, CEP 95875-000, Brasil).

Investigado: Hertz Do Brasil Participações Ltda. Local do Fato: Estrela.

IC 00770.00041/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Estrela por Andrea Almeida Barros - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Estrela com a finalidade de OBJETO: Investigar depósito de dejetos de aves a céu aberto, resíduos sólidos com potencial danos à saúde humana e ao meio ambiente, sem possuir licença ambiental.

INVESTIGADO: Marcelo Braum, (CPF: 018.277.870-31, RG: 2062592148, Nascido em 26/01/1973, Estrada Boa Vista, Linha São José, s/nº, interior).

Investigado: Marcelo Braum. Local do Fato: Estrela.

PI 00770.00043/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Estrela por Andrea Almeida Barros - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Estrela com a finalidade de OBJETO: Investigar supressão de espécies exóticas e espécies da vegetação nativa sem a devida Licença Ambiental.

INVESTIGADO: Concreto do Vale Indústria e Transporte Ltda. - Concrevale (CNPJ nº 11312532/0001-80, Rua João Fell, 2190, Bairro Pinheiros, Estrela/RS).

Investigado não informado. Local do Fato: Estrela.

PI 00770.00040/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Estrela por Andrea Almeida Barros - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Estrela com a finalidade de

OBJETO: Investigar as seguintes denúncias: a) existência de loteamentos irregulares em nome de Gilmar harth; b) aterro de manancial em área posteriormente doada ao Município e que atualmente abriga um Posto de Combustível de propriedade de Astor Eli; c) cortes de mata nativa pelo representado em suas terras nos bairros Goiabeira, São João, San Diego, Alto da Bronze e nas terras de Roberto Ingrácio, que adquiriu depois; e, por fim, d) licenciamento irregular de empresas que possuem como endereço ou telefone o da residência do representado.

INVESTIGADO: Gilmar Harth (CPF nº 35134518068, RG nº 4017992399 SSP/DI, DN: 08/09/1962, Rua Reinaldo Kollet, 50/casa, Bom Retiro do Sul) e Município de Bom Retiro do Sul (Rua Senador Pinheiro Machado, 35, Centro, Bom Retiro do Sul/RS).

Apensado a este expediente o PR.00001.00854/2016-3.

Tipo Manifestante: Cidadão

Sigilo solicitado: Com sigilo

Local do Fato: Estrela.

IC 00852.00102/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Rio Grande por José Alexandre Da Silva Zachia Alan - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Rio Grande com a finalidade de Apurar possível irregularidade no Loteamento batizado de Vila Isabel, Município do Rio Grande/RS, por se tratar de parcelamento localizado em área de interesse ambiental Investigado: Município Do Rio Grande. Local do Fato: Rio Grande.

IC 00853.00075/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Rio Grande por Érico Rezende Russo - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Rio Grande com a finalidade de Atividade potencialmente poluidora sem possuir licença do órgão ambiental competente Investigados: Cesar Oliveira De Oliveira Junior e Intersul - Reparo E Manutenção De Containers. Local do Fato: Rio Grande.

IC 00907.00073/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Soledade por Tânia Maria Hendges Bitencourt - 4º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Soledade com a finalidade de apurar possível dano ambiental decorrente da atividade de lavra mineral irregular (argila), paralisada e sem recuperação, na Localidade de Encruzilhada Povinho, interior do município de Ibirapuitã/RS.

Investigado: Valdemar Becker Cardoso.

Local do fato: Interior do Município de Ibirapuitã/RS.

Inquérito Civil 01587.000.005/2016 instaurado na PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TAPEJARA em 25/11/2016 por Marcio Schenato com a finalidade de Ocorrência de dano ambiental consistente em realização de desmatamento em uma área de 2,7 hectares de floresta nativa em desconformidade com o alvará de licenciamento n.º 316/série B, fornecido pela Prefeitura de Água Santa

Investigado(s): Solano Ricardo Canevese, Ivair Bassoli, Samuel Oliveira Secchetti. Local do Fato: Interior de Água Santa-RS. CAO comunicado: CAO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

IC 00914.00140/2016 instaurado na Promotoria de Justiça de Torres, por Márcio Roberto Silva de Carvalho - 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres, com a finalidade de investigar o funcionamento de um depósito de gás liquefeito de petróleo sem Licença Ambiental e APPCI.

Investigado: Jefferson Luiz Da Silva Teixeira.



Local do Fato: Rua Adalberto Torres, N.º 727, Centro, Arroio Do Sal/RS.

PI 00930.00054/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Viamão por Anelise Grehs Stifelman - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Viamão com a finalidade de investigar dano ambiental decorrente das atividades exercidas no estabelecimento comercial denominado “Max Santos Car”, situado na Av.Liberdade, nº 2413, Bairro Santa Isabel, em Viamão/RS, em razão da disposição de peças de veículos automotores diretamente no solo e armazenamento de resíduos perigosos (óleo lubrificante usado/contaminado) em desobediência à norma prevista na ABNT NBR 12.235/92 Investigados: Max Santos Car e Sami Eduardo Guimarães. Local do Fato: Viamão.

IC 01175.00062/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Montenegro por Carmem Lucia Garcia - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Montenegro com a finalidade de Adotar medidas tendentes à regularização de parcelamento de solo urbano clandestino, localizado em um beco, que dá acesso à Rua Campos Neto, próxima à empresa Marsul (matrículas nº 45.533 e 3.368).

INVESTIGADOS: ELIANE GONÇALVES PEREIRA, CPF: 701.209.190-87, Rua Campos Neto, 1632, Montenegro/RS (representando o espólio de Dirceu Gonçalves e Janires); MUNICÍPIO DE MONTENEGRO (CNPJ: 90895905000160), Rua João Pessoa, 1363, Centro, Montenegro/RS); LUCIANO DEJALMO GARCIA, CPF: 802.756.480-87, Rua Campos Neto, 1590, Santa Rita, Montenegro/RS e VIBRA AGROINDUSTRIAL S/A, CNPJ: 93.586.303/0001-19, RS 124, KM 2, Bairro Estação, Montenegro/RS.

Investigados: Eliane Gonçalves Pereira, Luciano Dejalmo Garcia, Município De Montenegro e Vibra Agroindustrial S/A. Local do Fato: Montenegro.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 28 de Novembro de 2016.

DANIEL MARTINI,

Coordenador do Cao de Defesa do Meio Ambiente.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

Inquérito Civil 01623.000.253/2016 instaurado na PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE em 25/11/2016 por André Baptista Caruso Mac-Donald com a finalidade de apurar suposta fraude ao sistema de cotas no concurso para Auditor Fiscal da Receita Estadual RS aberto pelo Edital nº 02/2014, consistente em candidatos caucasianos autodeclararem-se negros ou pardos para concorrerem com vantagem em relação aos demais.

Investigado(s): Estado do Rio Grande do Sul, Candidatos cotistas do concurso para Auditor Fiscal da Receita Estadual (Edital 02/2014). Local do Fato: Porto Alegre. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS

IC 00853.00074/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Rio Grande por Érico Rezende Russo - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Rio Grande com a finalidade de verificação da legalidade e condições da casa asilar. Investigado: Ebenézer Lar De Idosos. Local do Fato: Rio Grande.

IC 01128.00146/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Defesa Dos Direitos Humanos De Porto Alegre por Odete Pinzetta - 7º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Defesa Dos Direitos Humanos com a finalidade de AVERIGUAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA ILPI SOLAR TRÊS FIGUEIRAS RESIDENCIAL PARA TERCEIRA IDADE- FILIAL. Investigado: Ilpi Solar Três Figueiras Residencial Para 3ª Idade - Filial. Local do Fato: Porto Alegre. **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 28 de Novembro de 2016.

MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA,

Coordenador do Cao dos Direitos Humanos.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO GABINETE DE ACESSORAMENTO ELEITORAL científica, na forma do § 1º do artigo 5º da Resolução nº 02/2014 da Procuradoria-Geral de Justiça, que o Ministério Público Eleitoral instaurou o Procedimento Preparatório Eleitoral, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

PA 00853.00168/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Rio Grande por Paulo Eduardo Nunes De Avila - 3º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Rio Grande com a finalidade de AVERIGUAR POSSÍVEL PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR - SINDICATO APTA - FURG

ARQUIVADO CAIXA Nº 01/2016 - ELEITORAL. Investigado: Sindicato Apta - Furg. Local do Fato: Rio Grande.

PA 00864.00186/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Santa Maria por Maurício Trevisan - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Santa Maria com a finalidade de

Objeto – possível abuso de poder econômico em campanha eleitoral a Vereador em Itaara para o pleito de 2016, mediante distribuição de donativos públicos por servidora pública municipal candidata;

Investigada: LUCIANE DE CECCO CAVALHEIRO

Local: Município de Itaara/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 28 de Novembro de 2016.

RODRIGO LÓPEZ ZILIO,

Coordenador do Gabinete de Assessoramento Eleitoral.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.



**CONSELHO SUPERIOR
DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

AVISO Nº 130/2016

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 06 de Dezembro de 2016, ou nos 15 dias subseqüentes, às 13h30min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos: **Relator: Conselheiro Ricardo da Silva Valdez: Encaminhado por Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude - Articulação/proteção de Porto Alegre:** 01) Processo nº IC.01411.00019/2013: objeto: averiguar as condições de funcionamento da creche comunitária palhaço feliz, atualmente denominada escola de educação infantil Jesus Menino, situada nesta capital. local: Porto Alegre/rs. Partes: Viviane Rosa da Silva, Marilene Ferreira de Araújo Pacheco, escola de educação infantil Jesus Menino e secretaria municipal de educação de Porto Alegre. 02) Processo nº IC.01411.00055/2015: objeto: averiguar as condições de funcionamento da escola de educação infantil Príncipe da Paz, cuja mantenedora é a cooperativa educacional Shamah, e a situação de regularidade de seus registros perante os órgãos oficiais, de acordo com as normas da Idb, eca e resolução Nº 03 do Conselho Municipal de Educação. local: Porto Alegre/rs. Partes: Escola de Educação infantil Príncipe da Paz, Cooperativa Educacional Shamah e Promotoria de Justiça regional da educação de Porto Alegre - 9ª PJJ. 03) Processo Nº SD.01411.00052/2015: objeto: apurar eventuais irregularidades ocorridas no Lar Sabiá 03, decorrentes da prática pelos agentes educadores de possíveis constringimentos e humilhações contra os acolhidos. local: Porto Alegre/RS. partes: FASC. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre:** 04) Processo nº IC.01128.00051/2016: averiguar supostas irregularidades na Iipi Geriatria vitorazzi me., estabelecida na rua ernesto ludwig, Nº 538, bairro Chácara das Pedras, nesta capital. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete:** 05) Processo nº IC.00711.00026/2016: apurar degradação ambiental decorrente da abertura de valo de drenagem e queima de campo agropastoril sem licença do órgão ambiental competente. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves:** 06) Processo nº IC.00722.00031/2016: objeto: averiguar dano ambiental em APP em loteamento no bairro Santo Antão. Investigado: ACB Empreendimentos Imobiliários Ltda. Local do Fato: bairro Santo Antão, Bento Gonçalves/RS. 07) Processo nº IC.00722.00032/2016: objeto: acompanhar as medidas necessárias quanto às construções existentes às margens do Rio Vinte (Arroio do Mico), na Linha Liberdade, em Pinto Bandeira/RS, sem autorização do órgão competente. Investigado: A Identificar. Local do Fato: Rio Vinte (Arroio do Mico), na Linha Liberdade, em Pinto Bandeira/RS. 08) Processo nº IC.00722.00067/2011: objeto: averiguar a realização de terraplanagem e a movimentação de terra sem

licença do órgão ambiental competente. Investigado: Carmen Emilia Uliana Bochi. Local dos Fatos: Rua Joaquim Toniollo, 95, São Valentim, Bento Gonçalves/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Candelária:** 09) Processo nº IC.00736.00003/2012: apurar a criação de gatos e cachorros em número excessivo, dentro do perímetro urbano, figurando como investigada O.M.L.S. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Carazinho:** 10) Processo nº IC.00743.00002/2011: Objetivo: investigar a ocorrência de eventual dano ambiental em razão do corte de vegetação nativa, sem licença ambiental, assim como de ocupação irregular de APP, em área localizada na localidade de Linha Borges, Chapada/RS. Investigado: Carlito João Arnold. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cruz Alta:** 11) Processo nº IC.00754.00022/2013: apurar possível prática de dano ambiental em razão da destruição de vegetação nativa, em APP, devido à supressão de vegetação sucessora de exemplares arbóreos e herbáceos, na propriedade de Tiago Librelotto Rubert e Arianne Mardero, localizada em Capão Alto, Km 88, 200 metros às margens da BR 377, interior do Município de Cruz Alta. Investigados: Tiago Librelotto Rubert e Arianne Mardero. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim:** 12) Processo nº IC.00762.00011/2016: apurar poluição causada pelo vazamento de dejetos de suínos, os quais atingiram diretamente o solo, em desacordo com a Licença de Operação n.º 019/2015, fato constatado no dia 19 de fevereiro de 2016, na Linha Jubará, interior do Município de Barra do Rio Azul, tendo como investigado José Vanildo Bearzi. **Encaminhado por Designação Excepcional - Promotor de Justiça Substituto da Promotoria Frederico - Rogério Fava Santos:** 13) Processo nº IC.00775.00006/2013: Objeto: Apurar possível dano ambiental consistente na supressão de vegetação de origem nativa, sem alvará de licenciamento. Partes: Gerson Bizello. Local: Caiçara/RS. 14) Processo nº IC.00775.00058/2012: Objeto: Apurar possível dano ambiental, caracterizado pela supressão de vegetação de origem nativa, através do corte raso, sem autorização do órgão ambiental competente. Partes: Renato Alves Kopioleski. Local: Caiçara/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de General Câmara:** 15) Processo nº IC.00778.00023/2014: apurar notícia de abate clandestino de bovinos. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Giruá:** 16) Processo nº IC.00781.00019/2016: averiguar e apurar eventuais danos ambientais causados pela criação de bovinos no perímetro urbano. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Ibirubá:** 17) Processo nº IC.00792.00035/2009: Objeto: Investigar utilização de água de poço artesiano sem a devida outorga do Departamento de Recursos Hídricos. Local do Fato: Rua Getúlio Vargas, Ibirubá/RS. Partes: Ivan Ari Frederich e Voni Fredrich. **Encaminhado por Designação Excepcional - Alexandre Sikinowski Saltz:** 18) Processo nº IC.00933.00076/2014: Objeto: Apurar possível dano ambiental pelo corte de vegetação nativa, sem as devidas licenças ambientais. Investigado: Arnildo Lamb, residente na Estrada Três Irmãos, n.º 1500, Interior, Igrejinha/RS. Local: Estrada Três Irmãos, n.º 1500, Igrejinha/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Iraí:** 19) Processo nº



IC.00796.00038/2005: Objeto: Apurar degradação ambiental nas matas ciliares do Rio do Mel. Local: Fonte Fria, Iraí. Nome: Deoclides Menzen. 20) Processo nº IC.00796.00064/2005: Objeto: apurar degradação ambiental nas matas ciliares do Rio do Mel. Local: Santa Doroteia, Iraí. nome: Ivo José Sartori. 21) Processo nº IC.00796.00070/2005: Objeto: Apurar degradação ambiental nas matas ciliares do Rio do Mel. Local: Santa Doroteia, Iraí. Nome: Jandir Ferraboli. 22) Processo nº IC.00796.00077/2005: Objeto: Apurar degradação ambiental nas matas ciliares do Rio do Mel. Local: Ponte Baixa, Iraí. Nome: João Elio Fischer. 23) Processo nº IC.00796.00134/2005: objeto: Apurar degradação ambiental nas matas ciliares do Rio do Mel. Local: Vila Lurdes. Nome: Valdomiro Possenti. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Marau:** 24) Processo nº IC.00806.00004/2012: OBJETO: Apuração da responsabilidade do gestor, João Carlos Zanatta, pelas irregularidades apontadas no PR.01229.04073/2011-1, oriundo da Ouvidoria do MP/RS. LOCAL DO FATO: Município de Camargo. Investigado: Município de Camargo, pessoa jurídica de direito público, representada pelo Prefeito Municipal, João Carlos Zanatta. **Encaminhado por 5º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Pelotas:** 25) Processo nº IC.00825.00006/2015: a) Apurar denúncia acerca de medicação supostamente defeituosa (Carbamazepina) fornecida pela Secretaria Municipal de Saúde de Pelotas, através da Farmácia do Município, em Pelotas/RS;. b) apurar eventual irregularidade no descarte pela Secretaria Municipal de Saúde de Pelotas de medicamentos estocados na Farmácia Municipal, supostamente com prazo de validade vencido. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande:** 26) Processo nº IC.00853.00117/2013: Averiguar possível atividade potencialmente poluidora sem licença ambiental - Padaria. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande:** 27) Processo nº IC.00852.00095/2014: Objeto: Apurar possível atividade lesiva ao Estado do Rio Grande do Sul decorrente da prestação de serviços médicos vinculados à indicação de advogado para ingressar com ações em juízo. Investigado: Centro de Medicina Hiperbárica do Rio Grande/RS. local: Rio Grande/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria:** 28) Processo nº IC.00865.00029/2014: objeto: Verificação de suposta prática de dano ambiental devido à supressão de arbustos e a retirada de cascalho de barranco, pela Prefeitura Municipal de Silveira Martins, Sob o comando dos investigados, sem licença ambiental. Investigados: Município de Silveira Martins, Eri Pozzebon, Rozimar Bolzan. Local: Linha dos Mantuanos, Silveira Martins/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo:** 29) Processo nº IC.00872.00004/2015: Objeto: verificar a regularidade das atividades desenvolvidas pelo estabelecimento comercial denominado Posto Santa Terezinha, especialmente quanto ao tratamento e destinação de efluentes. Local: confluência da Rua Padre Manoel da Nóbrega com as Avenidas Getúlio Vargas e Salgado Filho, Santo Ângelo. Investigados: Posto Santa Terezinha Ltda. 30) Processo nº IC.00872.00020/2016: objeto: averiguar o acúmulo de resíduos e lixo em terreno;. Local: Travessa Beira-Rio, Bairro Fava, lindeiro ao Arroio Itaquarinchim, em Santo

Ângelo, RS. Investigado: Município de Santo Ângelo, RS. 31) Processo nº IC.00872.00029/2016: objeto: verificar a regularidade das atividades comerciais (Borracharia e Comércio de Lubrificantes);. Local: Km 520, BR 285, Interior de Vitória das Missões, RS;. Investigado: Rafael Severo. 32) Processo nº IC.00872.00069/2014: objeto: verificar ocorrência de infração ambiental;. Local: localidade de Esquina Gaúcha, interior de Entre Ijuís - RS;. Investigado: Areovaldo Galert. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Augusto:** 33) Processo nº IC.00876.00056/2014: OBJETO: investigar possível falta de conservação de logradouro público municipal situado na Localidade Esquina Thomas, interior do Município de São Martinho/RS. INVESTIGADO: Município de São Martinho/RS. Local: São Martinho/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São José do Norte:** 34) Processo nº IC.00888.00009/2015: investigar a apreensão e a destinação de animais abandonados e/ou em situação de maus-tratos por empresa contratada pelo município de SÃO José do Norte. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Valentim:** 35) Processo nº IC.00900.00012/2013: Objeto: Supressão de 0.5 Há de vegetação nativa, fora de app, sem autorização do Órgão ambiental. autor do fato: Almar João Sabadin. Local do fato: Secção Liso, interior de São Valentim. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul:** 36) Processo nº IC.00903.00014/2015: apurar irregularidades nas atividades da Instituição de Longa Permanência para Idosos localizada na Rua Petrópolis, nº 115, em Sapucaia do Sul, constando como investigada a Senhora L de F M. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Seberí:** 37) Processo nº IC.00905.00023/2015: objeto: Apurar infração ambiental, consistente no corte de vegetação sem licença ambiental. Partes: Claudio Sadi Gonchoroski. Local: Linha Pinhal, Seberí/RS. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Soledade:** 38) Processo nº IC.00907.00034/2015: objeto: Apurar possível dano ambiental em razão do exercício de atividade potencialmente poluidora (atividade leiteira), sem tratamento adequado dos dejetos (esterco) e sem licenciamento ambiental. Investigados: Sonia Aparecida Dalmazo Santos e Jorge de Paulo da Silva Santos. LOCAL DO FATO: Localidade de Rincão do Bugre, em Soledade/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Passos:** 39) Processo nº IC.00917.00008/2015: apurar dano ambiental consistente na prática de crime ambiental contra a flora, consistente no corte raso de árvores nativas de pequeno, médio e grande porte, atingindo uma área de 1200m², sem autorização do órgão ambiental competente. Localidade de Lajeado Pessegueiro, Município de Três Passos. Parte: Valdez Alves da Silva. **Relatora: Conselheira Simone Mariano da Rocha: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 40) Processo nº IC.00832.00114/2016: operação Combustíveis Postos de Charqueadas. 41) Processo nº IC.00832.00180/2012: (AS - 1º PJ). Apurar eventual deficiência na prestação de serviços no fornecimento de energia elétrica no Bairro Lami. 42) Processo nº IC.00832.00260/2015: AS - 3º PJ. Apurar eventual funcionamento clandestino de transporte escolar no bairro Restinga, de modo a colocar em risco a integridade física dos



alunos. 43) Processo nº IC.00832.00314/2015: MB - 4ºPJ. Apurar fornecimento de produto impróprio ao consumo em relação aos agrotóxicos. Apresentante: CEVS/RS. Investigado: Alceu Ruchel. Local: RS. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística:** 44) Processo nº IC.01202.00067/2015: investigar potencial infração à ordem urbanística em razão do extravasamento de esgoto dentro das residências na Rua Adão Correia, no Loteamento Quinta do Portal, Bairro Lomba do Pinheiro, nesta Capital. Investigado: Município de Porto Alegre. Interessada: Coletividade. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete:** 45) Processo nº IC.00711.00030/2015: acompanhar a implantação do Plano de Arborização no município de Alegrete, praticado por Município de Alegrete. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada:** 46) Processo nº IC.00935.00036/2015: apurar funcionamento de estabelecimento comercial sem alvarás e sem PPCI. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana:** 47) Processo nº IC.00937.00003/2016: apurar a responsabilização civil referente ao dano ambiental consistente em descarte irregular de embalagens vazias de agrotóxicos, sendo que deveriam ter sido encaminhadas aos pontos de recolhimento de embalagens inutilizadas. O dano ambiental ocorreu na Localidade de Potreirinhos, interior do Município de Jóia/RS, sendo autor do dano e investigado Tarcísio Patias. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves:** 48) Processo nº IC.00723.00010/2015: objeto: Apurar contratação de serviços de transportes sem licitação e prévio empenho. Partes: Viagens Casagranda Ltda. e Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves. Local: Bento Gonçalves/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Bom Jesus:** 49) Processo nº IC.00725.00008/2004: corte raso de capoeira e árvores nativas, sem autorização do órgão ambiental competente, bem como emprego de fogo(queimada)atingindo fração de mata nativa. 50) Processo nº IC.00725.00016/2010: objeto: Apuração de atividade poluidora de confecção de drenos em área de APP. Local do fato: Na propriedade do investigado, localizada na Localidade Mangueira Nova, interior de Bom Jesus/RS. Parte principal: Vilmar Nesi Velho. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha:** 51) Processo nº IC.01127.00003/2014: investigar a regularidade da empresa Academia IAR ACQUAFITNESS, localizada na Av. Frederico Ritter, nº 1197, Distrito Industrial, Cachoeirinha, quanto ao plano de prevenção e combate a incêndio. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Campo Novo:** 52) Processo nº IC.00735.00003/2015: o presente Inquérito Civil, autuado sob nº. 00735.00003/2015, foi instaurado a partir de reclamação de moradores do Sítio Bindé, interior do Município de Campo Novo,, informando que o ônibus de transporte escolar não entrava na região da pedreira, naquela localidade, obrigando os alunos a aguardarem o ônibus próximo ao asfalto, o que grava perigo a eles. 53) Processo nº IC.00735.00007/2009: OBJETO: apuração de ocorrência de dano ambiental na localidade de Esquina da Boa Vista, no Município de Campo Novo/RS, consistente na derrubada de eucaliptos às margens da BR 468 utilizando-se de duas motosserras sem licença de

porte e uso expedida pelo IBAMA. Investigado: Ercio Dirceu Martins dos Santos. Local: localidade de Esquina da Boa Vista, no Município de Campo Novo/RS. 54) Processo nº IC.00735.00008/2009: OBJETO: Apuração de ocorrência de dano ambiental na localidade de Linha Bonés, no Município de Braga/RS, através do corte raso de folhosas nativas de pequeno e médio portes, das espécies predominantes de rabo de bugio e canela, com destruição de 450 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) da área de preservação permanente, com declividade superior a 45°, sem autorização do órgão ambiental competente. Investigado: Antonio Ribeiro da Silva Filho. Local: localidade de Linha Bonés, no Município de Braga/RS. 55) Processo nº IC.00735.00009/2006: Objeto: recebimento e armazenamento em depósito de 13 m³ de lenha nativa das espécies canela-de-veado, timbó, cambotá e cedro, sem licença de armazenamento outorgada pela autoridade ambiental competente. Investigado: Claudio Luiz Klering. Local: Av. Pe. Bernardes, 591, Campo Novo (RS). 56) Processo nº IC.00735.00022/2012: Objeto: Abandono de área ao longo da nascente da cabeceira do Rio Lajeado Grande, localizada na Localidade da Linha Assombrada, Município de Sede Nova, bem como o isolamento da área, impedindo o acesso de pessoas e animais no local (RS). Investigado: Airtton Jose Sott, residente na Linha Assombrado, Município de Sede Nova (RS). LOCAL: Linha Assombrado, Município de Sede Nova (RS). 57) Processo nº IC.00735.00025/2012: Objeto: Abandono de área ao longo da nascente da cabeceira do Rio Lajeado Grande, localizada na Localidade da Linha Assombrada, Município de Sede Nova, bem como o isolamento da área, impedindo o acesso de pessoas e animais no local (RS). Investigado: Dirceu Valter Alves de Lemos, brasileiro, agricultor, residente na Linha Assombrado, Município de Sede Nova (RS). Local: Linha Assombrado, Município de Sede Nova (RS). **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Candelária:** 58) Processo nº IC.00736.00001/2014: Ocorrência Ambiental 2616160/JAN/2014 desvio de curso de água. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Canoas:** 59) Processo nº IC.00739.00012/2015: objeto: Apurar lesão aos interesses dos consumidores do serviço de energia elétrica do Município de Canoas, em razão de deficiências na implementação do programa de substituição dos postes de madeira por outros mais eficientes e seguros por parte da concessionária. Local do fato: Canoas/RS. Investigado: Empresa AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S/A. Noticiante: Vereador Juarez Carlos Hoy. 60) Processo nº IC.00739.00060/2015: apurar dano coletivo aos usuários/consumidores das linhas de transporte público que atendem o loteamento São João, na cidade de Canoas, em razão da ineficiência do serviço oferecido pela investigada (baixa frequência e superlotação). **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa:** 61) Processo nº IC.00949.00239/2013: averiguar falta de limpeza em valo localizado na Rua Oreste Clemente, em frente ao nº 2097, pela Prefeitura Municipal de Capão da Canoa/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Constantina:** 62) Processo nº IC.00752.00001/2014: fornecimento de veículo ao conselho tutelar de Liberato Salzano, RS - Município de Liberato Salzano - Conselho Tutelar e Prefeitura Municipal de Liberato Salzano. **Encaminhado por Promotor de Justiça da**



Promotoria de Justiça Especializada de Dom Pedrito: 63) Processo nº IC.00759.00021/2011: Objeto: Promover a adequação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE à legislação de prevenção contra incêndios. Local: APAE do Município de Dom Pedrito. Partes: MP - investigador, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais/APAE - investigado. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim:** 64) Processo nº IC.00763.00013/2014: Objeto: Apurar a ocorrência de lesão aos direitos dos consumidores em decorrência da descontinuidade no fornecimento de energia elétrica nas localidades de Linha Navegantes e Linha Tamanduazinho, interior de Aratiba. Representante: Adecir Antônio Stroher. INVESTIGADO: Rio Grande Energia S.A. – RGE. Local: Aratiba/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Gramado:** 65) Processo nº IC.00782.00020/2013: objeto: Atividade potencialmente poluidora. Local: Gramado, RS. Partes: Marcelo Vieira de Oliveira. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí:** 66) Processo nº IC.00794.00055/2015: Balneário. Objeto: Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas no termo de compromisso de ajustamento de conduta, com a regularização das atividades mediante licenciamento ambiental e cumprimento das condições impostas para sua concessão. Investigado: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Ijuí, situado na Rua Dr. Pestana, nº 351, Centro, Ijuí (RS). **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Iraí:** 67) Processo nº IC.00796.00025/2005: Objeto: Apurar degradação ambiental nas matas ciliares do Rio do Mel. Local: Rua Duque de Caxias, Iraí. Nome: Armindo Coldebella. 68) Processo nº IC.00796.00040/2005: objeto: apurar degradação ambiental nas matas ciliares do Rio do Mel. Lugar: Roncador, Iraí,RS. N: D T F. 69) Processo nº IC.00796.00060/2005: Objeto: Apurar degradação ambiental nas matas ciliares do Rio do Mel. Local: Linha Vila Lurdes, Iraí. Nome: I. B. 70) Processo nº IC.00796.00072/2005: Objeto: apurar degradação ambiental nas matas ciliares do Rio do Mel. LOCAL: Duque de Caxias, Iraí. Nome: J. P. 71) Processo nº IC.00796.00073/2005: Objeto: Apurar degradação ambiental nas matas ciliares do Rio do Mel. Local: Duque de Caxias, Iraí. Nome: J. C. 72) Processo nº IC.00796.00094/2005: objeto: apurar degradação ambiental nas matas ciliares do Rio do Mel. Local: Fonte Fria, Iraí. Nome: M. M. P. N. 73) Processo nº IC.00796.00104/2005: objeto: apurar degradação ambiental nas matas ciliares do Rio do Mel. Local: Vila Lurdes, Iraí. Nome: N. B. 74) Processo nº IC.00796.00112/2005: objeto: apurar degradação ambiental nas matas ciliares do Rio do Mel. Local: Santa Dorotéia, Iraí. Nome: O. A. S.. 75) Processo nº IC.00796.00116/2005: Objeto: Apurar degradação ambiental nas matas ciliares do Rio do Mel. Local: Vila Lurdes, Iraí. Nome: P. B. 76) Processo nº IC.00796.00122/2005: Objeto: apurar degradação ambiental nas matas ciliares do Rio do Mel. Local: Santa Doroteia, Iraí. Nome: P. G. 77) Processo nº IC.00796.00127/2005: Objeto: apurar degradação ambiental nas matas ciliares do Rio do Mel. Local: Vila Lurdes, irai. Nome: R. G. B.. 78) Processo nº IC.00796.00135/2005: objeto: apurar degradação ambiental nas matas ciliares do Rio do Mel. Local: Vila Lurdes, Iraí. Nome: V. B. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de**

Marcelino Ramos: 79) Processo nº PA.00807.00022/2016: em tese improbidade administrativa decorrente de infringência aos princípios da administração pública - ART. 11 DA LEI Nº 8.429/90. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 80) Processo nº IC.00820.00196/2011: prática de danos em área de preservação permanente ocorrida no Parque da Gare em função da construção de uma pista de skate, tendo como requerente o GESP e como investigado o Município de Passo Fundo. - apensado ao IC: 69/2010. 81) Processo nº IC.00820.00229/2015: Objeto: Averiguar denúncia de poluição sonora oriunda do estabelecimento Village Ball, situado na Rua Mascarenhas, 296, bairro Operária, nesta Cidade. Investigado: Village Ball. **Encaminhado por Designação Excepcional - João Pedro Togni:** 82) Processo nº IC.00942.00017/2011: investigar eventual prática de atividade potencialmente causadora de prejuízos ao meio ambiente, consistente no transporte irregular de madeira nativa e corte ilegal de árvores nativas pelo Sr. Roque Cleocir Ganzer, getúlio Kiarentin e Jadir dos Santos Falcão, no Município de Planalto. Localização: janeiro/2015. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande:** 83) Processo nº IC.00852.00010/2015: objeto: Apurar os seguintes objetos: a.) possível ilegalidade no oferecimento de curso e na aquisição de motocicletas, envolvendo a empresa ORION, Eduardo Pazzinato e FADISMA; b.) possível ilícito no afastamento do trabalho do servidor Gildomar Gomes de Ávila; c.) defeitos no controle de ponto dos guardas municipais; d.) recebimento de risco de vida pelos servidores Fabricio Dimussio e Gerson. Investigado: Município do Rio Grande. Local: Rio Grande/RS. 84) Processo nº IC.00852.00027/2016: Objeto: apurar possível ato de improbidade administrativa do servidor F.E.R. Investigado: A.R.P., L.F. E. DA R., Município do Rio Grande. Local: Rio Grande/RS. 85) Processo nº IC.00852.00080/2013: Objeto: Providências para a instauração da balsa a ligar Arroio Grande/RS a Rio Grande/RS. local: Rio Grande. investigado: Estado do Rio Grande do Sul. 86) Processo nº IC.00852.00124/2014: Objeto: Apurar possível dano ao consumidor. Investigado: Pereira e Fonseca Ltda. Local: Rio Grande/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito:** 87) Processo nº IC.00945.00017/2015: investigar o desenvolvimento de atividade de bovinocultura de leite sem licença de operação, na Linha Demétrio, em Rodeio Bonito, RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul:** 88) Processo nº IC.00861.00035/2010: verificar a existência de inundações e esgoto a céu aberto no pátio do imóvel de propriedade de Astor Loman, situado nas imediações da Travessa São Pedro, próximo às Ruas Rio Branco e Osvaldo Cruz, em Santa Cruz do Sul, causadas pela canalização municipal. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria:** 89) Processo nº IC.00865.00023/2016: objeto: investigar possível percepção indevida de adicional de insalubridade por servidora municipal. Investigada: Michele Guimarães da Silva. Local: Santa Maria/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Rosa:** 90) Processo nº IC.00867.00006/2014: investigar a possível ocorrência de dano ambiental decorrente da destruição de vegetação nativa nas margens do Rio Santo Cristo, na localidade de Barra do



Santo Cristo, interior do Município de Porto Mauá/RS, tendo por. investigados: R. F. pessoa física, e L. J. G. pessoa física. 91) Processo nº IC.00867.00010/2011: averiguar a possível ocorrência de exploração econômica de área de preservação permanente, localizada ao longo do Rio Santa Rosa, na localidade de KM 10 – Bela União, interior do Município de Santa Rosa (RS), tendo por investigado C.T. 92) Processo nº IC.00867.00067/2008: averiguar a possível ocorrência de degradação ambiental em razão de exploração econômica de área de preservação permanente, localizada na Linha Cascata, em Santa Rosa, levada a termo por P. C. F.93) Processo nº IC.00867.00067/2009: averiguar a possível ocorrência de degradação ambiental em razão de exploração econômica de área de preservação permanente, localizada na localidade de Santa Izabel, em Tuparendi, levada a termo por A. A. T. 94) Processo nº IC.00867.00094/2009: averiguar a possível ocorrência de degradação ambiental em razão de exploração econômica de área de preservação permanente, levada a termo por E. J. T., na localidade de Esquina Buriti, interior do Município de Tuparendi/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Augusto:** 95) Processo nº IC.00876.00030/2013: Objeto: Inexistência de Órgão de Trânsito/JARI no Município. Investigado: o Município de Inhacorá, na pessoa da Prefeita Municipal, Cledi Marli Pires Savariz. Local: Inhacorá/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Augusto:** 96) Processo nº IC.00876.00001/2011: Investigado: município de São Valério do Sul. Objeto: Apuração das condições de funcionamento do Centro Municipal de Educação Vovó Maria e eventual deficiência de prestação de educação infantil. Local: Município de São Valério do Sul/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula:** 97) Processo nº IC.00882.00054/2013: oferta de vagas na educação infantil de São Francisco de Paula. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Gabriel:** 98) Processo nº IC.00883.00002/2014: apurar deficiência de atendimento pelo PROCON Municipal em face da ausência de recursos materiais e humanos, disponibilizados insuficientemente pelo Município de São Gabriel. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tenente Portela:** 99) Processo nº IC.00913.00052/2015: objeto: Destinação de imóvel e infraestrutura para empresa. Local: Tenente Portela/RS. PARTES: Município de Tenente Portela e empresa Taurino Laticínios Indústria e Comércio LTDA. **Relator: conselheiro Renato Vinhas Velasques:** **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Canguçu:** 100) Processo nº IC.00738.00010/2012: objeto: Apurar possíveis irregularidades praticadas pelo gestor local do Sistema Único de Saúde, devido a possíveis cobranças pelo fornecimento de exames de ultrassonografia. Local: Canguçu-RS;. Investigados: Município de Canguçu;. RADPEL Radiodiagnóstico Ltda. **Relatora: Conselheira Heloísa Helena zigliotto:** **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Agudo:** 101) Processo nº IC.00710.00015/2016: objeto: apurar depósito irregular de lixo em terreno baldio. local: Av. Tiradentes, próximo ao Arroio Hermes, aproximadamente no nº 900. investigada: C H Roggia Construções Ltda. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Alegrete:** 102)

Processo nº IC.00712.00010/2016: objeto: Fiscalizar as eleições para escolha de Presidente do Cededica de Alegrete. investigado: CEedica de Alegrete. local do fato: Alegrete/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Arvorezinha:** 103) Processo nº IC.00717.00034/2016: comunicação, por parte da Brigada Militar, da ocorrência de eventos com consumo de bebidas alcoólicas por adolescentes no Município de Ilópolis, em especial festa na Danceteria Cascata Club, dia 16 de julho de 2016. 104) Processo nº IC.00717.00043/2016: fiscalizar a entrada e a venda de bebidas alcoólicas para menores de idade durante a realização da FEMATE - 15 a 18 de setembro, no Município de Arvorezinha. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana:** 105) Processo nº IC.00937.00010/2009: apurar irregularidades referentes às bombas de abastecimento de combustível, à lavagem de veículos e ao poço artesiano existente na Garagem da Prefeitura Municipal de Jóia, situada na Rua 21 de Abril, SN, no Município de Jóia. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé:** 106) Processo nº IC.00719.00013/2012: possível prejuízo causado ao erário (Município de Bagé) em virtude da obra de pavimentação das Ruas Narciso Suñe, Alfredo Burns e Cândido Dias Borba - Contrato Administrativo N.º 093/2005. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves:** 107) Processo nº IC.00723.00010/2013: objeto: apurar eventual prática de nepotismo cruzado. Partes: G. C. Local: Bento Gonçalves/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves:** 108) Processo nº IC.00722.00037/2016: objeto: acompanhar a regularização da atividade desenvolvida por Adilva Maria Monego M.E, nome fantasia "Encantos Bar". Investigada: Adilva Maria Monego M.E - (Encantos Bar). Local do Fato: Rua Amazonas, 1110, bairro Maria Goretti, Bento Gonçalves/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Canela:** 109) Processo nº IC.00737.00006/2014: objeto: Investigar depósito irregular de pneus a céu aberto na Borracharia Avenida, a qual está com a Licença de Operação vencida, localizada na Avenida Cônego João Marchesi, n.º 160, Bairro Canelinha, em Canela. Investigado: Milton J. B. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Canoas:** 110) Processo nº IC.00739.00035/2015: apurar dano ambiental em razão da, em tese, inadequada destinação de resíduos provenientes do processo de recuperação de botijões de gás (olineas e mercaptanas), no Município de Canoas. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa:** 111) Processo nº IC.00949.00048/2016: descarte de resíduos sólidos oriundos de calça da construção civil e outros materiais em área de banhado, área de preservação permanente, em desacordo com a legislação ambiental vigente, bem como supressão de vegetação nativa do local, Rua Estrada da Laguma, ao lado do numeral 9837, área rural de Capão da Canoa, tendo como investigados B. J. P. e sua genitora L. G. J. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí:** 112) Processo nº IC.00783.00092/2014: petição apresentada pelos Advogados Baitz e Ghizzi, denunciando a empresa JACKWALL fabricante de válvulas mitrais para banheiros públicos, as quais apresentam vícios de qualidade.



Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Guaporé: 113) Processo nº IC.00788.00011/2011: criação de aves de corte.

Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas: 114) Processo nº IC.00824.00018/2015: objeto: possível distribuição de remédios pelo Município do Capão do Leão sem obediência de exigências previstas em lei.; investigados: CLÁUDIO VITÓRIA (PREFEITO MUNICIPAL).; local: capão do leão/rs.

115) Processo nº IC.00824.00045/2013: objeto: fraude contra consumidor.; Partes: Investigado - Hélio J. Wayss & Cia. Ltda.. local: pelotas/rs.

Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Ronda Alta: 116) Processo nº IC.00946.00007/2010: Objeto: existência de construção em área de preservação permanente. Investigado: Vilmar Strada. Local: Linha Brilhante, em Ronda Alta.

Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Augusto: 117) Processo nº IC.00876.00027/2014: Objeto: apurar o adimplemento dos débitos e multas fixadas pelo TCE ao gestor público, José Valdir Maçalai, com relação às prestações de contas dos anos 2006, 2007 e 2008, bem como eventual omissão lesiva ao erário no que tange à devida execução. Investigado: J. V. M. e o Poder Executivo Municipal Chiapetta. Local: Chiapetta/RS.

Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula: 118) Processo nº IC.00882.00074/2013: ausência de registro da reserva legal contrariando a legislação ambiental.

Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São José do Ouro: 119) Processo nº IC.00889.00017/2013: local: Rua Maria Brandalise Poese - 51, Concórdia. Objeto: Supressão de vegetação fora de APP e em APP. Investigado: N. P.

Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres: 120) Processo nº IC.00914.00046/2016: OBJETO: Estabelecimento comercial com exposição de produtos impróprios para consumo. Local: Av. Barão do Rio Branco, n.º 252, Centro, município de Torres/RS. Investigados: M.M.M. e P.C.V. P.

121) Processo nº IC.00914.00047/2013: Objeto: Construção em APP sem licença ambiental. LOCAL: Rua Maranhão, 901, Itapeva Norte, Torres/RS. INVESTIGADOS: W. R. M. B. e Município de Torres.

Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí: 122) Processo nº IC.00915.00117/2013: denúncia da PATRAM de funcionamento irregular de rampa de lavagem de veículos na Avenida Fausto Borba Prates, n.º 5029, Centro, em Cidreira/RS, de propriedade do Senhor João Pereira Valentim.

Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três de Maio: 123) Processo nº IC.00916.00023/2015: trata-se de denúncia sobre venda irregular de ovos no comércio local, tendo como autor da vendo o Sr. Olivo Adelino Cecatto. **Relator: Conselheiro Alceu Schoeller de Moraes:** Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre: 124) Processo nº IC.00833.00033/2015: averiguar descarte de materiais químicos em um Arroio localizado no bairro Vila Nova, Estrada Aracaju, nº 180, em Porto Alegre. 125) Processo nº IC.00833.00088/2015: apurar regularidade ambiental da empresa Crema Pet, nesta Capital.

Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Bom Jesus: 126) Processo nº IC.00725.00022/2004: objeto: Apuração de confecção de drenos em banhado, descarte de embalagens em manacial e

abastecimento de pulverizador em manacial. Local do fato: Estrada Capão Ralo, em Bom Jesus/RS. Partes principais: Sebastião Souza Filho e James Alessander Velho.

Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul: 127) Processo nº IC.00748.00117/2015: objeto: Supressão de vegetação nativa sem licença ambiental. Partes: PATRAM (representante), Ernesto Anderle e Djalma José Anderle (representado). Local: Caxias do Sul - RS.

Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Farroupilha: 128) Processo nº IC.00771.00054/2015: objeto: depósito irregular de resíduos sólidos para fins de triagem e reciclagem. Investigada: A.R.S.. Local: Bairro América, Farroupilha.

Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas: 129) Processo nº IC.00824.00033/2014: objeto: desmatamento de árvores nativas. Local: Pelotas. Envolvido(a): Rudimar Pereira Fialho.

Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo: 130) Processo nº IC.00872.00036/2015: objeto: verificar a possível dano ambiental oriundo da realização de edificações irregulares em área de preservação permanente. Local: área próxima a RS 344, Condomínio Itaverá, Município de Santo Ângelo, RS. Investigado: Luis Fernando Vieceli.

131) Processo nº IC.00872.00082/2010: objeto: verificar eventual dano ambiental oriundo da realização de obras (construção de rotatória e prolongamento da Av. Getúlio Vargas) no entrocamento da Av. Salgado Filho com a Av. Getúlio Vargas, na cidade de Santo Ângelo, RS. Local: Av. Getúlio Vargas) no entrocamento da Av. Salgado Filho com a Av. Getúlio Vargas, na cidade de Santo Ângelo, RS. Investigado: Município de Santo Ângelo/RS.

132) Processo nº IC.00872.00149/2013: objeto: verificar o dano ambiental oriundo do corte/destruição de vegetação nativa, sem autorização do órgão ambiental competente, ocorrido na propriedade situada na Localidade de Carajazinho, interior do Município de Entre-Ijuís/RS;. Local: interior do Município de Entre-Ijuís/RS;. Investigado: Márcio Adriano Sonego.

133) Processo nº IC.00872.00182/2013: objeto: verificar o dano ambiental oriundo do corte/destruição de vegetação nativa, sem autorização do órgão ambiental competente, ocorrido na propriedade situada na Localidade de Carajazinho, interior do Município de Entre-Ijuís/RS;. Local: interior do Município de Entre-Ijuís/RS;. Investigado: Márcio Adriano Sonego.

Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres: 134) Processo nº IC.00914.00079/2013: OBJETO: ocorrência de corte das palmeiras (*Euterpe edulis*), sendo observadas 24 varas de palmito abatidas. Local: Areia Grande, no município de Torres/RS. Investigados: Nilton Magnus da Luz e Adriana Leal Bueno.

135) Processo nº IC.00914.00109/2015: Objeto: manutenção de lavoura em área de preservação permanente (margem de curso d'água), em desacordo com a licença ambiental obtida. Local: Estrada Geral, n.º 8845, bairro Areia Grande, no município de Torres/RS. Investigado: João Cesar dos Santos Bauer.

Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três de Maio: 136) Processo nº IC.00916.00025/2012: prática de ilícito ambiental consistente na destruição de mata ciliar de um córrego, em uma extensão de 340mx04m, em APP; destruição de mata ciliar em área de 120mx04m; utilização de área de APP com lavoura, tudo sem licença ambiental. **Relator: Conselheiro Silvío Miranda Munhoz:** Encaminhado por Promotoria de



Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre: 137) Processo nº IC.00833.00134/2014: acidente com caminhão da Tropical Transportes causa derramamento de óleo diesel em via pública ocasionando contaminação do Riacho Ipiranga - Arroio Dilúvio, nesta Capital. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre:** 138) Processo nº IC.00829.00038/2015: possível irregularidade no uso e na prestação de contas da verba da Secretaria Estadual da Saúde destinada à contratação de pessoal para o serviço aeromédico. Local: Porto Alegre-RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves:** 139) Processo nº IC.00722.00111/2014: objeto: averiguar delito ambiental ao promover a supressão de vegetação nativa, sem alvará florestal. Investigado: Olir de Toni. Local do Fato: Linha Brasil, Capela São Marcos, Pinto Bandeira/RS. 140) Processo nº IC.00722.00114/2014: objeto: averiguar delito ambiental face movimentação de terra (recebimento de aterro) ocasionando deslizamento de terra e consequente dano a vegetação nativa. Investigado: Campus Empreendimentos Imobiliários Ltda. Local do Fato: Rua José Benedetti, Linha Pedro Salgado, Bento Gonçalves/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã:** 141) Processo nº IC.00732.00046/2012: verificar eventual omissão do Município de Camaquã quanto ao sistema de esgotamento pluvial e cloacal no Bairro Jardim do Forte, nesta cidade, tendo como investigado o próprio Município e como representante Hélio Waldir Baum. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 142) Processo nº IC.00748.00080/2015: Objeto: possíveis danos ambientais e aos consumidores, pelo abastecimento de água, em tese contaminada, por parte do SAMAE, ocorrido ente os dias 12 e 14 de abril do corrente ano. Partes: Denise Pessoa (representante); SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE) (representado). **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 143) Processo nº IC.00748.00236/2015: objeto: apuração de descumprimento de interdição com ocorrência de incêndio de casa de festas infantis e ausência de APPCI. Local: Caxias do Sul. Partes: Brinqfest Diversão e Lazer, LTDA (investigado). **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cerro Largo:** 144) Processo nº IC.00751.00001/2014: OBJETO: "apurar possíveis danos ambientais decorrentes do corte de vegetação nativa, na localidade denominada Linha Marquês Abrantes, interior do Município de Ubiretama (RS), sem licença da autoridade ambiental, de responsabilidade de Elói Schonwald e Sigvald Dalkerenê José Lahm, sem a devida licença ou autorização do órgão ambiental competente". Investigados: Elói Schonwald e Sigvald Dalkerenê José Lahm. Local: Linha Marquês Abrantes, Interior, Ubiretama. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Dom Pedrito:** 145) Processo nº IC.00759.00001/2008: apuração de possíveis danos ambientais em decorrência da construção de dois barramentos em curso d'água, sem a competente licença ambiental. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí:** 146) Processo nº IC.00783.00003/2015: denúncia acerca de casa de religião na rua Isidoro La porta, 71, COHAB B. 147) Processo nº IC.00783.00024/2014: assunto: Apurar a

ocorrência de poluição atmosférica pela empresa FITESAFIBERWEB NAOTECIDOS S.A, localizada na Rua Paul Zivi, nº 80 distrito Indl de Gravataí. 148) Processo nº IC.00783.00065/2012: objeto: investigar possível poluição sonora. investigado: Leandro Luz das Neves. local: Rua da Glória, 209, Glorinha/rs. 149) Processo nº IC.00783.00079/2012: objeto: investigar poluição sonora produzida por oficina mecânica. investigado: José Carlos Gomes Garcia.Local: Travessa Madeco, Bairro Monte Belo, Gravataí/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Guarani das Missões:** 150) Processo nº IC.00789.00015/2015: objeto: Acompanhar a implantação da Rede de Atenção de Saúde Mental e Sistema Único de Assistência Social no Município da Comarca, de Sete de Setembro;. Investigado: Município de Sete de Setembro;. Local: Município de Sete de Setembro/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Ibirubá:** 151) Processo nº IC.00792.00015/2011: objeto: apurar a construção irregular de muro dentro da área de preservação permanente. local do fato: Condomínio Costa do Sol, na orla da barragem do Lago Passo Real, XV de Novembro/RS. Parte: Antônio Marcos de Abreu. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Igrejinha:** 152) Processo nº IC.00933.00008/2015: Objeto: Apurar possível dispensa irregular de licitação para contratação da empresa TRANS GUINCHO MINATTO, pelo Município de Igrejinha, Contrato n.º 001/2013. Investigados: Município de Igrejinha, CNPJ n.º 88.379.763/0001-36, Sérgio Pereira Minatto, e TRANS GUINCHO MINATTO. Local: Igrejinha/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro:** 153) Processo nº IC.01175.00045/2013: OBJETO: Apurar noticiada situação de perturbação do sossego/poluição sonora decorrente da atividade do Clube Grêmio Gaúcho. Investigado: Clube Grêmio Gaúcho, Rua T. Weibull, nº 1581, Bairro Timbaúva, Montenegro/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande:** 154) Processo nº IC.00852.00032/2016: objeto: apurar possível ato de improbidade administrativa praticado pelo então secretário municipal de turismo, esporte e lazer, P. B. da Silva, por haver prestado informações supostamente falsas ao corpo de bombeiros. investigado: P. B S.. local: Rio Grande/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul:** 155) Processo nº IC.00856.00051/2008: objeto: apurar possível ocorrência de dano ambiental consistente em fazer funcionar marmoraria sem licença do órgão ambiental competente. parte: Adão Carlos Dornelles. local dos fatos: Rosário do Sul/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria:** 156) Processo nº IC.00865.00062/2013: objeto: investigar a existência de contaminação ambiental na área onde funcionou o depósito de resíduos da Vila Lídia, em Santa Maria. Investigado: Município de Santa Maria. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Rosa:** 157) Processo nº IC.00867.00008/2016: OBJETO: apurar a presença de 11 galos de rinha em gaiolas de madeira e de arame, juntamente com equipamentos utilizados para a prática de rinha de galo, tais como tambor de combate, remédios veterinários, anilhas de metal para marcação, biqueiras e esporas de metal. Investigado: Rogério Correa da



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de novembro de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2038

Silva. Local: Tuparendi. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar:** 158) Processo nº IC.00870.00008/2014: apurar a prática comercial que viola frontalmente as normas de comercialização de gêneros alimentícios, colocando em risco à saúde da coletividade. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula:** 159) Processo nº IC.00882.00060/2016: omissão do Vice-Prefeito de São Francisco de Paula no cumprimento de suas atribuições perante a Administração Pública. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul:** 160) Processo nº IC.00897.00021/2014: apurar denúncia de suposto caso de nepotismo na Prefeitura Municipal de Toropi, tendo como investigados o senhor A. B., Secretário de Administração do Município, o Vereador A. S. e o Município de Toropi, RS. Local: Município de Toropi. Data: Ano 2013. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sapiranga:** 161) Processo nº IC.00901.00030/2015: apurar afronta à ordem urbanística, causada pela ampliação de via da rua Alagoas sem a necessária realocação de postes de energia, tendo por investigados o Município de Sapiranga e a concessionária AES Sul. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí:** 162) Processo nº IC.00915.00052/2010: denúncia sobre dificuldades e necessidades do Ambulatório 24 Horas, localizado na rua Júlio Brunelli, n.º 945, Centro, Município de Cidreira. 163) Processo nº IC.00915.00087/2016: investigar o funcionamento de empresa potencialmente poluidora (serraria), sem as devidas licenças necessárias para o funcionamento, localizada no endereço Rua Orfelino Duarte, 1390, Centro, em Balneário Pinhal. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três de Maio:** 164) Processo nº IC.00916.00013/2012: ampliação de açude em APP, destruição de floresta nativa e impedimento de regeneração natural de floresta por aterramento em APP, sem licença ambiental, nas dependências da empresa Laticínios Progresso LTDA, na localidade de Vila Progresso, interior do município de Três de Maio/RS, sob responsabilidade do investigado Eduardo André Ribeiro. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Passos:** 165) Processo nº IC.00917.00054/2015: apuração de irregularidades quanto à publicidade conferida aos editais de concursos e processos seletivos para contratações de profissionais e estagiários no Município de Esperança do Sul. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 29 de novembro de 2016.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora